

Mobilidade social e migração no Brasil: revisão bibliográfica e elementos empíricos para análise

Paulo de Martino Jannuzzi*

Introdução

As articulações entre mobilidade social e migração têm sido objeto de estudo de um corpo expressivo de pesquisadores no País nas últimas décadas. Com ênfases distintas em um ou outro campo temático, ora tomando a migração, em suas diversas manifestações - migração rural-urbana, migração para os grandes centros metropolitanos, fluxos provenientes do Nordeste para São Paulo - como objeto central da análise, ora tomando a investigação da mobilidade socioocupacional ou as transformações estruturais do mercado de trabalho como preocupação principal, a questão da inserção ocupacional do migrante no mercado de trabalho e da sua adaptação social na sociedade de destino tem sido um tema recorrente na literatura.

Em uma certa linha de trabalhos a migração teria sido um meio de ascensão social para seus protagonistas e um fator estruturalmente importante para explicar a intensa mobilidade social ascendente no Brasil nos últimos 50 anos¹. Em uma outra perspectiva analítica, o significado da migração para indivíduos e grupos sociais não poderia ser indubitavelmente apreendido, já que se para certos tipos de migrante a mobilidade espacial teria proporcionado uma melhor inserção socioocupacional na sociedade, para outros, a

migração seria uma das poucas ou inevitáveis estratégias de sobrevivência básica e garantir sua posição na estrutura social.

Sem que tal questão tivesse sido respondida de forma mais exaustiva nos anos 70, período "áureo" dos estudos sobre a problemática migração, mercado de trabalho e mobilidade social no País e América Latina, a década de 1980 trouxe novas e contrastantes evidências para análise da questão². A partir de então, a mobilidade ocupacional e a dinâmica migratória no País passaram a exibir tendências distintas das prevalentes na constituição da sociedade urbano-industrial brasileira. A crise do início dos anos 80, as oscilações cíclicas e anticíclicas que se alternaram pela década, a recessão de 1991-1992 e a Reestruturação Produtiva nos anos 90 refletiram-se de forma intensa nas possibilidades de mobilidade ocupacional e social da mão-de-obra, repercutindo, naturalmente, sobre o padrão redistributivo populacional no País e no Estado de São Paulo, expressão emblemática da "modernização" urbano-industrial constituída ao longo do século e cenário privilegiado das agruras do contexto histórico pós-Milagre.

Evidenciar esta articulação entre mobilidade social e migração no Brasil, no passado e período mais recente, constitui, pois, o objetivo

*Professor da PUC-Campinas, Analista da Fundação SEADE, Doutor em Demografia pela UNICAMP.

¹Mobilidade Social é referida aqui, como os estudos da área subentendem, como a mobilidade expressa pela mudança de ocupações com status socioocupacionais diferentes (Weiss, 1986, Merlié & Prevót, 1997).

²Entre esses trabalhos vale citar, entre outros, Matta et al. (1973), Costa (1975), Martine & Peliano (1978), Castro et al. (1980), Merrick & Graham (1981), Lemer (1972), Lattes (1982), PREALC (1983). Uma revisão dos principais achados destes trabalhos pode ser encontrada em Jannuzzi (1998).

deste trabalho. Para tanto, inicia-se com um ensaio bibliográfico acerca da mobilidade social e sua relação com a mobilidade espacial no Brasil ao longo dos últimos 50 anos, da constituição da sociedade urbano-industrial aos anos 90, passando pela Década Perdida. Finaliza-se com a apresentação de algumas evidências empíricas recentes sobre os (des) caminhos da mobilidade social nos Países à luz dos dados levantados pela PNAD-1996.

Mobilidade social e migração no contexto da constituição da sociedade urbano-industrial brasileira

A formação da sociedade urbano-industrial brasileira neste século foi acompanhada de intenso processo de mobilidade social ascendente. A constituição de uma classe média urbana de tamanho significativo, assim como a mudança expressiva do panorama ocupacional brasileiro, de um quadro assentado em ocupações rurais e manuais em direção a um espectro ocupacional mais amplo, urbano e com maior participação de ocupações não-manuais e de maior qualificação profissional seriam manifestações inequívocas da mobilidade social vivenciada pela população no País neste século, como procurou demonstrar Pastore (1979) em trabalho pioneiro sobre a mobilidade social no Brasil. Nas suas palavras:

"O quadro geral da mobilidade no Brasil revela uma sociedade bastante dinâmica ao longo do Século XX. Nesse período, o País passou por inúmeras transformações que tiveram marcantes repercussões na estrutura social. Dentre elas, a passagem de uma sociedade rural para urbana constituiu um dos fenômenos de maior impacto para a transformação da estrutura social brasileira e para o surgimento de uma classe média bastante razoável...

A despeito da forte expansão dos empregos do baixo terciário nas zonas urbanas, as ocupações de classe média para os chefes de família aumentaram substancialmente ao longo de todo o Século XX. Tais ocupações simplesmente não existiam no tempo de nossos pais e nossos avós. No período considerado o Brasil iniciou e consolidou seu processo de industrialização e com ele emergiu um grande número de ocupações industriais. Mais importante que isso foi a enorme expansão das ocupações periféricas à própria industrialização no setor de serviços e, ainda, a intensa ampliação das atividades do comércio ligadas não só à industrialização como à própria aglomeração urbana". (Pastore, 1979, p.187)

Neste processo, defende o autor, a maior parte da população economicamente ativa teria realizado mobilidade social ascendente, seja em relação às gerações passadas, seja em relação às primeiras posições ocupacionais exercidas pelos indivíduos quando da entrada no mercado do trabalho. Enquanto, em 1973, cerca de 47% dos chefes de família de 20 a 64 anos haviam ascendido socioocupacionalmente em relação a seus pais (mobilidade intergeracional), e uma parcela um pouco maior (54%) ascendera em relação à primeira posição exercida no mercado de trabalho (mobilidade intrageracional), o descenso social teria sido experimentado por contingentes bem menores de trabalhadores: 11% dos chefes ocupariam posições ocupacionais inferiores a de seus pais e apenas 4% teriam apresentado um descenso socioocupacional em relação à primeira ocupação exercida³. A pirâmide social brasileira teria sofrido, pois, uma intensa modificação, com diminuição da parcela de famílias na base e aumento das parcelas situadas nas classes médias (Tabela 1).

³O autor se utilizou da escala socioocupacional desenvolvida por Valle Silva (1978), agregando as ocupações reportadas na PNAD 1973 - onde foi encartado o questionário sobre Mobilidade Social - em seis classes: ocupações de Alto status, Médio-superior status, Médio-médio, Médio-inferior, Baixo-superior e Baixo-inferior status.

Tabela 1 - Estratificação socioocupacional dos pais e dos indivíduos, chefes de família do sexo masculino de 20 a 64 anos Brasil - 1973

Status social da ocupação exercida	Situação dos pais na 1ª ocupação dos filhos	Situação dos filhos na 1ª ocupação	Situação dos filhos em 1973
Total	100,0	100,0	100,0
Alto	2,0	0,6	3,4
Médio-superior	3,1	0,7	6,5
Médio-médio	13,8	6,9	18,7
Médio-inferior	9,3	7,3	24,7
Baixo-superior	6,9	25,2	16,7
Baixo-inferior	64,9	59,8	30,0

Fonte: Pastore (1979).

Tal processo também teria sido generalizado em outros contextos latino-americanos, em função da transição da estrutura ocupacional de base agrícola para um perfil setorial mais diversificado, urbano, com ocupações de maior produtividade e remuneração. Na análise da mobilidade social em dez países da região realizada pela CEPAL, se constataria que:

"Mirada desde diversos ángulos, la transformación estructural en los países analizados produjo una indiscutible modificación de la distribución entre categorías socioocupacionales. El incremento porcentual de las ocupaciones superiores - en términos de status e ingresos - brindó oportunidades de movilidad social ascendente para un porcentaje significativo de la población, y seguramente generó- incluso entre los no favorecidos- expectativas de ascenso social en virtud del cambio en la estructura"(CEPAL, 1989, p.34-35).

Neste sentido, o Brasil - onde a parcela de trabalhadores manuais na Agricultura teria caído 24 pontos percentuais em apenas 20 anos, de 1960 a 1980, com aumento correspondente nas demais ocupações urbanas - se destacaria como um daqueles

com mais elevada mobilidade ascendente em um passado não muito distante, acima da observada, por exemplo, no Chile e Costa Rica.

A eloqüência destas cifras não deve obscurecer o fato de que, como o próprio Pastore apontou, a maior parte da mobilidade ascendente deveu-se às mudanças socioocupacionais nos primeiros degraus da pirâmide social. Três quartos da mobilidade intergeracional ascendente deveu-se à mobilidade dos filhos de trabalhadores rurais em direção às demais categorias socioocupacionais, especialmente para as duas mais próximas, de Trabalhadores urbanos não-qualificados e Trabalhadores qualificados e semiquualificados. A ascensão dos filhos de trabalhadores rurais a apenas a estas duas categorias respondeu por 25 % da mobilidade ascendente observada, isto é, mais da metade da cifra (47 %) acima apontada (Valle Silva, 1979).

Além de restrita à base da pirâmide social, a mobilidade social no País foi marcada pela "herança de status de classe". Se é fato que os estratos socioocupacionais mais baixos apresentaram um volume de mobilidade ascendente maior que os estratos médios e mais altos - em parte até por estarem em situação potencialmente mais favorável à subida que à descida - em todos eles a mobilidade - para cima ou para baixo - deu-se de forma predominante em categorias contíguas (Valle Silva, 1981), ou seja, as trocas socioocupacionais ascendentes, ainda que intensas, foram de curta distância.

Tais fatos levaram alguns autores até mesmo ao questionamento do significado da mobilidade social observada. Afinal, tal volume de mobilidade não teria significado melhoria efetiva nas condições de vida de uma massa considerável de trabalhadores vindos do campo, para os quais o processo de inserção no modo de vida urbano não foi acompanhado de uma inserção ocupacional adequada, que lhes garantisse o aporte de renda suficiente diante da crescente mercantilização do consumo (Baltar, Dedecca & Henrique, 1997).

"Apesar de o desenvolvimento econômico ter gerado amplas e novas oportunidades ocupacionais, em especial nas atividades urbanas e que possibilitaram uma expressiva mobilidade social ascendente, há duas questões básicas que condicionaram aquela reprodução. A primeira questão diz respeito ao volume e velocidade significativos do êxodo rural e suas conseqüências sobre a estruturação do mercado de trabalho urbano.... A segunda questão diz respeito, propriamente, ao tipo de geração de emprego e renda urbana....

Ocorreu, de fato, uma ampliação do assalariamento e da formalização das relações contratuais, mas se reproduziram formas de integração precária no mercado de trabalho que coexistiram com um núcleo de assalariamento mais estável e com garantia de direitos trabalhistas- associados, regra geral, ao emprego público e às empresas privadas com maior tamanho e grau de organização.

Ao final do processo de desenvolvimento, havia uma parcela ponderável de trabalhadores por conta própria e de assalariados em ocupações que não apresentavam um mínimo de continuidade e regularidade" (Baltar, Dedecca & Henrique, 1997, p.89).

Tampouco, teria contribuído tão intensa mobilidade social para redução das desigualdades sociais. Na realidade, a forma como ela se processou veio a reforçar ainda mais o padrão desigual da distribuição das benesses do desenvolvimento econômico do pós-guerra. Nesta linha, observou Peliano (1992):

"Essas evidências do grande dinamismo da pirâmide social brasileira, segundo Pastore, nota-

damente em sua base, pouco interfere na estrutura das desigualdades. A mobilidade ascendente observada se caracteriza por um movimento marcadamente segmentado: muitos sobem pouco e poucos sobem muito. Os pequenos ganhos ascensoriais da maioria são largamente superados pelos ganhos da minoria situada nos estratos ocupacionais médios. Esse o padrão do mecanismo estrutural que determina o perfil da desigualdade social no Brasil" (Peliano, 1992, p.138).

Na realidade, ao apontar a intensa mobilidade social neste século, Pastore também não deixou de ressaltar sua natureza restrita seja para melhoria generalizada das condições de vida, seja para redução das desigualdades sociais. Também ele assinalou que, na constituição da sociedade urbano-industrial brasileira, muitos ascenderam pouco e poucos ascenderam muito na pirâmide social. A contradição entre a mobilidade social e agravamento da desigualdade na distribuição de renda no País ao longo das últimas décadas, paradoxo que intitulava, inclusive, seu livro ("Desigualdade e Mobilidade Social no Brasil") era, pois, apenas aparente, e compatível com o padrão de mobilidade observado⁴.

Por detrás da intensa mobilidade social nos últimos 50 anos no País estariam, como fatores estruturantes, a industrialização, a urbanização e a ampliação da oferta educacional por que passou a sociedade brasileira, em especial, a partir de 1940 (Pastore, 1979, 1986; Valle Silva, 1979). De um lado, a expansão da indústria e seus efeitos multiplicadores sobre toda a economia atuaram, ao longo das décadas, para a criação e oferta de postos de trabalhos na própria indústria, no comércio, transportes, serviços, administração e, enfim, em

⁴Também neste padrão de mobilidade social, restrito à base da pirâmide e de curtas distâncias, o Brasil não estaria só. Em que pese as mudanças intensas da estrutura ocupacional na América Latina desde os anos 50, ainda persistia nos diversos países da região setores tradicionais de ocupação de baixa produtividade, seja no campo, seja nas cidades (PREALC, 1991). No bojo das transformações econômicas do pós-guerra, as economias latino-americanas não teriam logrado absorver os ocupados dos setores tradicionais em ocupações modernas, pelo menos não ao ritmo verificado entre os países desenvolvidos. O mercado de trabalho - e a pirâmide social - contrapunham, pois, dois estratos estanques: o tradicional e o moderno.

outras ocupações urbanas, não-manuais e de maior qualificação. De outro lado, a migração rural-urbana e a ampliação das oportunidades educacionais viriam atender a demanda por mão-de-obra, induzida pelos efeitos sinérgicos dos investimentos industriais e do crescimento dos centros urbanos, como em um processo funcional de integração das massas camponesas mal qualificadas em ocupações urbanas do baixo terciário e dos estratos médios mais escolarizados nos postos de trabalho de maior especialização técnica.

Ainda que a tese da industrialização como motor da mobilidade social não fosse incontestavelmente aceita na literatura da área (Valle Silva & Roditi, 1986), a sua linha de argumentação parecia oferecer uma explicação muito consistente para o caso brasileiro⁵. Afinal...

"Em primeiro lugar, a industrialização implica redistribuição setorial da força de trabalho - um aumento na produtividade do setor agrícola e um decréscimo na proporção de indivíduos dedicados à produção nesse setor. Mesmo no setor não-agrícola, verifica-se usualmente uma mudança profunda: o aumento da mecanização e a introdução de técnicas poupadoras de mão-de-obra têm como resultados um crescimento mais rápido do emprego na produção de serviços do que na produção de bens, implicando um aumento da razão entre trabalhadores não-manuais e trabalhadores manuais. De forma semelhante, com o crescimento da escala de desenvolvimento da atividade econômica, faz-se necessária a ampliação e a melhoria do sistema de transportes e de comercialização, o que naturalmente gera

um aumento proporcional das ocupações de escritório e de administração e reforça a tendência no sentido do aumento da proporção de indivíduos engajados em atividades não-manuais e com certo nível de qualificação" (Valle Silva & Roditi, 1986, p.346-347).

Ainda que a mudança da estrutura ocupacional brasileira neste século não possa ser explicada somente pelos efeitos diretos e induzidos da introdução da indústria - dado o padrão disseminado da urbanização e terciarização do perfil ocupacional pelo território brasileiro (Patarra, 1978) - não há como não reconhecer a importância dos efeitos da expansão industrial - em especial no pós-guerra - sobre a demanda de serviços urbanos no País e seus desdobramentos sobre a mudança da estrutura ocupacional, de empregos agrícolas para empregos no secundário e terciário, de ocupações manuais para não-manuais, sobretudo nas regiões onde a expansão industrial se deu de forma mais intensa, como em São Paulo e no Sudeste.

Os efeitos sinérgicos da industrialização do pós-guerra na criação de empregos e diversificação ocupacional no País têm sido demonstrados por vários autores que se dedicaram à análise da mudança da estrutura ocupacional brasileira neste século (Faria, 1986; Paiva, 1986; Almeida, 1974). No bojo da intensa urbanização e industrialização do pós-guerra, as ocupações na Agropecuária e Extrativismo viriam a perder a primazia na estrutura ocupacional brasileira, passando a representar 44% dos empregos em 1970 contra 66% em 1940 (Tabela 2). As ocupações industriais, em contrapartida, teriam triplicado seu quantitativo neste período, passando de 1 milhão para 3,2 milhões de postos de trabalho entre 1940 e 1970 (levando com que a parti-

⁵Boudon (1973) observa que as análises comparativas de mobilidade social entre países desenvolvidos não conseguiram comprovar a relação entre nível de industrialização e grau de mobilidade, daí porque se observou o caráter não consensual da tese da industrialização como fator determinante da mobilidade social. No caso latino-americano, ao contrário, as evidências empíricas apontam para a validade da assertiva, como discutido em CEPAL (1989).

cipação setorial da indústria passa de 7,8 % para 12% nesses 30 anos). Desempenho também significativo na expansão do emprego neste período tiveram os setores de Construção Civil, Comércio e os voltados à Prestação de Serviços, Serviços Sociais e Administração Pública (Almeida, 1974), tendências que se estenderiam ainda pela década de 70 (Faria, 1984).

Tabela 2 - Evolução da distribuição setorial da população ocupada Brasil-1940/1970

Distribuição % setor de atividade	1940	1950	1960	1970
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Agropecuária e extrativismo	65,9	59,9	53,7	44,3
Indústria de transformação	7,8	10,6	9,8	12,1
Construção civil	2,6	3,9	4,0	5,8
Comércio de mercadorias	5,1	5,6	6,7	7,6
Prestação de serviços	14,6	14,8	19,3	21,3
Serviços sociais/administração pública	4,0	5,2	6,5	8,9

Fonte: Almeida (1974).

Assim, o Brasil se constituiria em um típico caso em que as mudanças estruturais desencadeadas pela industrialização teriam gerado perspectivas promissoras para a mobilidade social, pela criação de oportunidades para incorporação de mão-de-obra em ocupações novas, mais diferenciadas, de maior status na própria Indústria, no Comércio, nos Serviços Sociais, na Administração Pública, enfim, em amplos setores da economia.

O aumento massivo e progressivo da oferta dos serviços educacionais públicos - do ensino básico ao superior - teria sido também um mecanismo importante para garantir a ascensão social de parcelas expressivas dos jovens que viriam a se engajar no mercado de trabalho nas décadas que se seguiram ao pós-guerra no Brasil e nos demais países latino-americanos, tese esta largamente difundida nos

estudos de mobilidade (Boudon, 1973; Weiss, 1986). A expansão das classes médias no Brasil e na América Latina, sobretudo as situadas mais próximas ao topo da pirâmide social, seria resultado não apenas da diversificação da estrutura ocupacional, mas também da formação acelerada de quadros técnicos e de nível superior no País nos anos 60 e 70.

"Más allá de su función de socialización de nuevas generaciones y de transmisión de conocimientos, la expansión de la educación ha sido, principalmente entre los años 50 y fines de los 70, un factor de movilidad social y laboral que permitió la inserción de amplios sectores de la población en ocupaciones propias de los estratos medios" (CEPAL, 1996, p.73).

Mas, como observado a pouco, ademais dos efeitos sinérgicos da industrialização e da ampliação das oportunidades educacionais, a mobilidade social identificada seria também consequência da intensa migração rural-urbana vivenciada no País nos últimos cinquenta anos, hipótese esta que mais interessa focar neste trabalho. Afinal, ao longo deste período de intensa mobilidade, o Brasil se transformou de um País predominantemente rural em um País majoritariamente urbano. No período de 1940 a 1970, a população urbana cresceu a taxas médias anuais bem acima da população total, levando a taxa de urbanização passar de 31 % para 56% da população. Do campo saíam contingentes crescentes de pessoas e famílias para cidades, de forma um tanto disseminada pelo País, consolidando fluxos migratórios importantes como os do Nordeste para Sudeste, responsáveis pela forte expansão urbana de São Paulo e Rio de Janeiro neste período (Patarra, 1978). Da década de 1950 a de 1980, o êxodo rural teria sido crescente, passando de 11 milhões para 14 milhões de pessoas, pelas estimativas de Camarano & Abramovay (1998).

**Tabela 3 - Evolução da população e de indicadores demográficos
Brasil-1940/1970**

Indicadores demográficos	1940	1950	1960	1970
População total (mil pessoas)	41 236	51 945	70 993	93 139
População urbana (mil pessoas)	12 880	18 783	32 005	52 085
Taxa de urbanização	31,2	36,2	45,1	55,9
Êxodo rural (mil pessoas)	...	10 824	11 464	14 413
Taxas de crescimento anual na década				
População total	2,3	3,0	2,9	2,5
População urbana	3,9	5,2	5,2	4,4
Taxas de migração líquida interestadual				
Total	10,1	12,4	14,3	15,4
Emigração do Nordeste	10,2	14,9	16,3	19,5
Imigração para o Sudeste	11,9	13,7	16,5	18,5

Fonte: Censos Demográficos- diversos anos, Camarano & Abramovay (1998).

Notas: 1. Taxa de emigração corresponde à proporção de pessoas não-residentes no estado de nascimento.

2. Taxa de imigração corresponde à proporção de pessoas residentes em estados que não do nascimento.

3. A taxa de migração total corresponde à média das taxas acima para o Brasil.

... Dado numérico não disponível

A contribuição da migração rural-urbana sobre as cifras de mobilidade ascendente estaria evidenciada, segundo Pastore, pelo fato de que a ascensão social de migrantes (interestaduais) teria sido maior que a dos naturais residentes na sociedade de destino, seja em uma perspectiva inter ou intra-generacional. Enquanto 57 % dos migrantes teriam ascendido socioocupacionalmente em relação a seus pais e 62 % com relação a seu primeiro emprego, entre os naturais tais coeficientes de mobilidade assumiriam valores menores, 43 e 50 %, respectivamente. São Paulo, *locus* privilegiado da criação de empregos e diversificação da estrutura ocupacional e destino de volumosos fluxos de nordestinos de procedência da zona rural, deveria, pois, ostentar cifras de mobilidade ainda mais elevadas. De fato, não só os residentes no estado apresentavam cifras de mobilidade social ascendente mais elevadas, como também os migrantes nordestinos que para lá se deslocaram (Tabela 4). Enquanto, entre os migrantes nordestinos que se estabeleceram em São Paulo, 80 % haviam subido na escala socioocupacional em relação a seus pais, entre aqueles que não haviam empreendido a migração somente 32% havia apresentado mobilidade ascendente (Canelas, 1980).

Além de proporcionar, em nível individual, uma mobilidade social ascendente, a

migração contribuiria, em nível macroestrutural, para redução das históricas desigualdades regionais e sociais do Brasil. Nas suas palavras:

"O quadro geral da mobilidade social entre naturais e migrantes é o encontrado em várias sociedades contemporâneas. A mobilidade geográfica (horizontal) induz à mobilidade social (vertical). Vários estudos indicam que as oportunidades econômicas induzem à mobilidade geográfica. Os indivíduos que vivem em um lugar diferente de onde nasceram tendem a alcançar um status ocupacional mais alto do que os indivíduos que permanecem no mesmo lugar.... Os resultados aqui encontrados vêm juntar-se aos dados de vários estudos que mostram ser a migração um elemento de promoção tanto dos migrantes como dos naturais e que opera como equalizador da estrutura social.... Em suma, há várias indicações de que a migração tem atuado como mecanismo de compensação da enorme disparidade regional que subsiste no Brasil. Estancar a migração implica aumentar os efeitos da disparidade." (Pastore, 1979, p.184-185).

Tabela 4 - Mobilidade intergeracional e intrageracional dos chefes de família do sexo masculino de 20 a 64 anos - Brasil-1973

Segmento populacional	Total	Mobilidade dos chefes de família		
		Descendente	Imóvel	Ascendente
		intergeracional		
Total	100,0	3,8	41,9	54,2
Não-migrantes (1)	100,0	4,0	46,3	49,7
Migrantes	100,0	3,8	34,6	61,8
Nordestinos residentes no Nordeste em 1973	100,0	8,2	59,4	32,4
Migrantes nordestinos em São Paulo em 1973	100,0	9,5	11,2	80,3
Residentes no Estado São Paulo - total	100,0	3,3	30,9	65,8
		intra-geracional		
Total	100,0	11,3	41,6	47,1
Não-migrantes (1)	100,0	11,2	47,2	41,6
Migrantes	100,0	11,6	31,9	56,5
Nordestinos residentes no Nordeste em 1973	100,0	2,5	59,6	37,9
Migrantes nordestinos em São Paulo em 1973	100,0	2,0	19,5	78,5
Residentes no Estado de São Paulo - total	100,0	11,6	30,8	57,6

Fonte: Pastore (1979) e Canelas (1980).

(1) Status migratório definido como condição de naturalidade no estado de residência atual.

A relação virtuosa entre migração e mobilidade social, apontada pelas evidências empíricas de Pastore, são, de fato, corroboradas por postulações teóricas clássicas bem arraigadas dos estudos de Migrações Internas. Nas "Leis de Migração" de Ravestein ou nos postulados da "Teoria da Migração" de Lee, migração sempre foi encarada como a resultante de um cálculo microeconômico entre as perspectivas oferecidas na sociedade de destino diante das condições prevalecentes na sociedade de origem (Pacheco & Patarra, 1997; Salim, 1992; Patarra & Cunha, 1987). Neste balanço microeconômico, o trabalho, melhores oportunidades de emprego, maiores rendimentos se configurariam em fatores de atração; pobreza, falta de oportunidades de trabalho ou meios para produção (terra, por exemplo) constituiriam-se em fatores de expulsão. Ao se deslocar de uma região para outra, o migrante estaria dando um passo concreto - e individual - para sua mobilidade ascendente, pois estaria deixando para trás uma situação pior em troca de alguma perspectiva mais positiva. A mobilidade espacial e social seriam face e contraface de um mesmo processo, "cara e coroa de uma mesma moeda". Daí a identificação, por Pastore, da mobilidade social com a mobilidade geográfica.

Considerações de natureza metodológica e substantiva levam, contudo, a relativizar esta interpretação dos efeitos da migração sobre a mobilidade ascendente no contexto da "modernização" da sociedade brasileira. Em primeiro lugar, com relação ao papel da migração rural-urbana na propalada mobilidade social, deve-se atentar que, em uma perspectiva metodológica,

"... o fato de que os grupos ocupacionais 1 e 2 [Trabalhadores rurais não-qualificados e Trabalhadores urbanos não-qualificados] se distinguem apenas pela dimensão urbano-rural faz com que, por construção [grifos nossos], identifiquemos o processo de migração rural-urbano com uma mobilidade social ascendente. Em outras palavras, a urbanização recente da sociedade brasileira está, dessa forma, necessariamente associada [grifos nossos] a uma melhoria na distribuição de posições dentro da estrutura ocupacional brasileira" (Valle Silva, 1979, p.50).

Fosse outra a escala socioocupacional empregada, com trabalhadores manuais não

qualificados no campo e na cidade na mesma categoria, os resultados da mobilidade social ascendente seriam bem menos expressivos, pela magnitude alcançada pela migração rural-urbana no período em questão. Afinal, como já se observou, os contingentes dos fluxos rurais-urbanos sempre foram volumosos e crescentes até 1980, da ordem de uma dezena de milhões de pessoas, predominantemente jovens e, portanto, potencialmente aptos a engajar-se no mercado de trabalho urbano (e contribuir para elevar as cifras de mobilidade ascendente) (Wood & Carvalho, 1994; Beltrão & Henriques, 1987; Camarano & Abramovay, 1998).

Stricto sensu, a transição de uma ocupação rural para outra no baixo terciário urbano deveria ser considerada, rigorosamente, um movimento de troca intersetorial da mão-de-obra, debitável pois à industrialização e a seus efeitos multiplicadores e não exatamente à migração rural-urbana. A migração seria um mecanismo "interveniente" em um processo que tem sua origem causal nas necessidades sistêmicas do processo de expansão industrial.

Naturalmente que a migração rural-urbana se adequou funcionalmente a estas necessidades e que acabou induzindo novos efeitos sobre a mobilidade, pela demanda adicional de serviços e equipamentos urbanos dos migrantes incorporados no mercado de trabalho nas cidades. Mas talvez sejam os efeitos indiretos desta demanda adicional de serviços na criação de empregos - para atendimento das necessidades crescentes de comercialização, transporte, educação, serviços públicos- que possam ser debitáveis - em um sentido mais propriamente causal - à migração rural-urbana sobre as cifras de mobilidade. Além disso, há que se observar que a vinda de migrantes e suas famílias para as cidades também os colocou mais suscetíveis aos efeitos da extensão do ensino básico e alfabetização nos anos 60-70, o que certamente contribuiu para aumentar as chances de mobilidade social de seus filhos.

Tampouco se pode esquecer que as cifras de mobilidade refletem freqüências de

mudanças de posições relativas entre a ocupação do pai (ou do primeiro emprego) e a ocupação atual. Assim, dado o peso da parcela de migrantes que saíram da zona rural para as cidades no conjunto dos migrantes interestaduais - objeto de análise de Pastore - era de se esperar que os coeficientes de mobilidade ascendente fossem maiores que dentre os naturais (do estado), se de fato entre estes últimos a velocidade da troca de ocupações rurais por urbanas foi mais lenta ou se estes já partiram de posições mais elevadas na escala socioocupacional⁶.

Mas, parafraseando Peliano (1992), tornar-se um residente urbano, alternando sua condição de bóia-fria com a de biscateiro na cidade, seguindo os ditames cíclicos da sazonalidade agrícola, poderia ser interpretado como um movimento ascensional? Sair da condição de trabalhador rural para migrante itinerante seria outro caso de mobilidade vertical?

Estudando a vinculação entre mobilidade (geográfica e ocupacional) e estratégia de sobrevivência de uma amostra de famílias residentes no Vale do Ribeira em São Paulo, nos idos dos anos 70, Bianchi (1983) oferece uma forte argumentação para não se encarar a simples passagem de uma ocupação rural para outra qualquer no meio urbano como uma mobilidade ascendente, isto é, como cruzamento de níveis em uma escala socioocupacional.

"Do ponto de vista de prestígio ocupacional, existe um consenso em termos de se visualizar a mudança para o emprego urbano como uma promoção para o indivíduo ou grupo. A proeminência dos valores urbanos na civilização moderna, difundida pelos meios de comunicação de massa, reforça essa perspectiva. Ela é endossada pelos informantes desta pesquisa, especialmente aqueles que estão há mais tempo na cidade. Para estes, a perspectiva de tornar a residir no campo ou empregar-se no setor agrícola representa um retrocesso inadmissível.

⁶A segunda hipótese talvez seja mais plausível dada a magnitude da migração rural-urbana dentro do próprio município, como mostra Carvalho (1985).

Mas não é improvável que esta percepção constitua uma racionalização de uma situação de fato que independe da vontade do indivíduo. Impotente para progredir no setor agrícola, alcançando a propriedade da terra, encontrando empregos bem remunerados ou tendo um acréscimo de renda significativo, o indivíduo passaria a valorizar o trabalho urbano como uma alternativa viável de sobrevivência e como uma esperança, ainda que remota, de ascensão social. Não se pode esquecer que muitos fenômenos de êxodo rural são determinados por fatores de expulsão." (Bianchi, 1983, p.75)

Tampouco a aludida diferença entre os níveis de rendimento das ocupações rurais e urbanas, apontado na literatura, parecia se verificar na área circunvizinha ao local de estudo da autora. E, ainda que se pudesse verificar um acréscimo de rendimento, ela lembra que a mudança para a cidade implicaria uma elevação do custo de vida da família. Diminuíam as possibilidades de manter plantações e criações de subsistência e parte substancialmente maior da cesta de alimentos passava a ser comprada. Gastos então inexistentes ou muito reduzidos passavam a ter importância crescente no orçamento doméstico como aluguéis, taxas e transporte. Vestuário, lazer e até eletrodomésticos se tornavam itens básicos e indispensáveis para a sobrevivência no meio urbano, onerando ainda mais o orçamento doméstico. Nem mesmo a oferta de serviços médicos e educacionais poderia ser arrolada como uma vantagem comparativa da vida na cidade, tendo em vista as dificuldades a que os migrantes provenientes da zona rural teriam em desfrutá-los efetivamente. Neste sentido, para Bianchi, não se deveria imputar uma direção, ascendente ou descendente, a processos de mobilidade ocupacional rural-urbana, mas sim de tratá-la como um processo de mobilidade horizontal.

Martine (1980) ofereceria ainda um argumento mais substantivo para relativizar a generalidade dessa relação virtuosa e determinística entre migração e mobilidade social ascendente. É fato que, como apontado extensivamente na literatura, o posicionamento social de migrantes - medido em termos de renda, ocupação, posição no mercado de trabalho - mostra melhorias progressivas à medida que aumenta o tempo de residência dos mesmos na localidade destino (Martine & Peliano, 1978; Castro et al., 1980; Merrick & Graham, 1981). A aparente mobilidade dos migrantes seria, no entanto, o resultado líquido de dois processos distintos e, de certa forma, antagônicos: de um lado, da adaptação progressiva dos mais aptos a competir no mercado de trabalho local, e de outro, da evasão sistemática, isto é, da re-emigração daqueles menos capacitados, em direção a outras localidades. Nas suas palavras:

"... a evidência de algumas investigações diretas, aliadas aos resultados de cálculos experimentais e à interpretação dos dados sobre escolaridade por tempo de residência numa população pouco suscetível a melhorias após a chegada, converge para sugerir que a hipótese de retenção seletiva dos elementos mais capacitados (ou da migração repetida nos segmentos populacionais mais marginalizados) parece mais aceitável [do que uma adaptação progressiva de todo e qualquer migrante ao meio social de destino]. Com base nestas informações, poder-se-ia postular, inclusive, a existência de um substrato de verdadeiros nômades na população brasileira, substrato este que incluiria não somente os trabalhadores volantes e 'bóias-frias', mas também outros itinerantes em busca de uma difícil subsistência." (Martine, 1980, p.971).

Embora não convergentes quanto ao grau de generalidade da tese da adaptação progressiva dos migrantes, as duas linhas de argumentação - a de Pastore e a de Martine - parecem apontar para o fato de que os migrantes seriam mais móveis que os naturais - para cima ou para baixo. Afinal, os que se adaptaram - os mais capacitados - provavelmente subiram degraus na escala; os que se evadiram, procuraram outras oportunidades em novos locais para preservar o status alcançado ou regredir o menos possível. De fato, pelos resultados de Pastore (1979), enquanto, entre os naturais, 46% não mudaram de status socioocupacional entre a primeira posição e a exercida no momento da pesquisa, entre os migrantes interestaduais, o coeficiente de imobilidade era de 35%.

Enfim, em termos de suas componentes estrutural e circular, a mobilidade social observada neste século teria sido largamente de natureza estrutural⁷. Isto é, na constituição da sociedade urbano-industrial brasileira, as mudanças estruturais ditadas pela industrialização e urbanização responderam por mais da metade da mobilidade inter ou intrageracional (Pastore, 1979). A outra parcela resultou da combinação dos efeitos das trocas entre indivíduos em função da escolaridade, idade, status migratório, etc. No cômputo geral, a mobilidade foi fortemente ascendente, em especial em São Paulo, *front* privilegiado da industrialização e migração no País neste século. Aí, os coeficientes de mobilidade inter e intrageracional ascendente foram mais de dez pontos percentuais maiores que a média nacional (58% e 66%, respectivamente), enquanto as cifras de mobilidade descendente mantiveram-se nos mesmos patamares nacionais.

Se o balanço da mobilidade social foi favorável - ainda que restrito - graças ao enorme desenvolvimento industrial verificado especialmente a partir dos anos 50, não é difícil imaginar o que teria acontecido na conjuntura tão medíocre da produção industrial que se seguiu nos anos 80.

Estagnação econômica e mobilidade social na Década Perdida

O cenário nacional da década de 80 é muito distinto daquele referido nas análises de Pastore (1979) - período da "Modernização", da transformação do País de uma sociedade agrária em uma sociedade urbano-industrial. Os determinantes básicos da intensa mobilidade social ascendente apontada pelo autor neste século - a industrialização e a migração rural-urbana - perderiam a "força transformadora" das décadas passadas, deixando de imprimir o ritmo de mudanças estruturais no espectro ocupacional, que possibilitara a incorporação de massas crescentes provenientes do campo em postos de trabalho (e subtrabalho) na indústria e no setor terciário.

O próprio Pastore identificaria essa inflexão da mobilidade social no Brasil em trabalho posterior (Pastore, 1986). Nesse trabalho seu objetivo foi o de conjecturar sobre as tendências e perspectivas da mobilidade social no País após 1973, valendo-se da evolução de indicadores da conjuntura macroeconômica e do mercado de trabalho nos anos 70 e início da década seguinte.

Para o período de 1973 a 1980, o autor traçou prognósticos positivos para a mobilidade social, baseado nas estatísticas de desempenho econômico e de criação de empregos

⁷A mobilidade total pode ser decomposta em duas parcelas: mobilidade estrutural e mobilidade circular. A primeira refletiria os efeitos da mudança da estrutura composicional da mão-de-obra e a segunda os efeitos da competição individual no mercado de trabalho. Durante o processo de desenvolvimento econômico, a primeira parcela - mobilidade estrutural - seria mais importante na determinação dos níveis de mobilidade social, e, à medida que a transição manual/não-manual e rural/urbana se efetivasse no espectro ocupacional, a mobilidade circular passaria a desempenhar papel mais crucial. O resultado final da mobilidade social seria, pois, o efeito combinado da mobilidade estrutural e da mobilidade circular.

na indústria e no terciário, que abriam postos de trabalhos novos, mais diferenciados, de melhor status e em ritmo mais acelerado que o crescimento da PEA urbana. De fato, os efeitos induzidos do II PND (Plano Nacional de Desenvolvimento) garantiram um fôlego adicional ao ciclo expansionista do "Milagre Econômico", ocorrido de 1967 a 1973, postergando o rebatimento interno da crise internacional deflagrada nos primeiros anos da década de 70. Assim, a estrutura ocupacional continuaria a modernizar-se durante os anos 70, como mostra a análise empreendida por Quadros (1985) a partir dos Censos Demográficos 1970 e 1980. A força de trabalho urbana manteve-se crescendo aceleradamente no período (6,4% a.a contra -0,3% a.a da mão-de-obra rural), sobretudo as ocupações industriais (7,8% a.a). As ocupações típicas da classe média (nas funções de gestão, distribuição, atividades sociais, profissões universitárias, etc.) viriam a representar 36% dos postos de trabalho em 1980, seis pontos percentuais maior que a cifra levantada em 1970.

A crise de 1981-1983, no entanto, mudou completamente o quadro até então favorável à mobilidade estrutural e, por extensão, às perspectivas de mobilidade social ascendente no País. A queda nas taxas de crescimento do Produto Interno Bruto - de 7% a.a entre 1975 a 1980 para 1% no quinquênio seguinte - com a conseqüente diminuição no ritmo de criação de postos de trabalho no setor formal, o aumento da rotatividade da mão-de-obra, assim como a contração das vagas na Indústria de Transformação e na Construção Civil nas regiões metropolitanas acabaram limitando as oportunidades de ingresso no mercado de trabalho e as possibilidades de progressão funcional. A conjuntura recessiva conspirava, na realidade, para um padrão de estagnação ou descenso dos ocupados na pirâmide social. Na sua avaliação, as possibilidades de mobilidade estrutural só seriam encontradas nos diversos pontos de expansão econômica no interior do território, na direção

do Centro-Oeste, Centro-norte, interior paulista e de Minas Gerais. Para Pastore, nestas localidades as oportunidades de mobilidade ascendente seriam semelhantes às desfrutadas em décadas anteriores no País.

De fato, como mostram Pacheco (1996) e Guimarães Neto (1995), depois de longo processo de concentração espacial da atividade industrial e econômica em São Paulo, mais propriamente em sua região metropolitana, o País assistiu, a partir da segunda metade dos anos 70, a um processo de desconcentração espacial da atividade produtiva que se manteve até, pelo menos, início dos anos 90 (Tabela 5). Por conta de políticas de desenvolvimento regional consubstanciadas no II PND, incentivos fiscais, apoio técnico para estudos de viabilidade de projetos, ampliação da infraestrutura de transporte (rodovias, ferrovias e hidrovias) e comunicações, investimentos governamentais diretos, estratégias locacionais de grandes grupos empresariais e aumento das deseconomias de aglomeração nos grandes centros (custos de terreno, impostos, salários, controles ambientais, combatividade sindical), as Regiões Metropolitanas de São Paulo e do Rio de Janeiro foram perdendo participação no Valor de Transformação Industrial e cedendo espaço, em particular, para o crescimento das participações do interior paulista, Minas Gerais, Paraná e Bahia. Os estímulos à produção de culturas de exportação (laranja, soja) e cana-de-açúcar (para economizar divisas na importação de petróleo), com articulação em cadeia produtiva agroindustrial pelas demais regiões, também contribuíram para que a Região Metropolitana de São Paulo viesse a perder participação no PIB nacional. Assim, passaram a despontar a indústria têxtil no Ceará, a indústria química e petroquímica de Camaçari na Bahia, a indústria eletro-eletrônica na Zona Franca de Manaus, a produção mineral e siderúrgica no Pará e Maranhão, e a produção agrícola, pecuária e agroindustrial nos estados do Centro-Oeste. No Estado de São Paulo, a hinterlândia de Campinas se veria privi-

legiada em termos do investimento industrial, sobretudo na indústria de ponta (telecomunicações, informática, química fina), como consequência, entre outras vantagens locacionais, do forte apoio governamental - federal e estadual - na implantação de um diversificado aparato de desenvolvimento científico e tecnológico (centros de pesquisa e universidades) na região (Caiado, 1996).

Naturalmente, com taxas mais elevadas de crescimento econômico, estas regiões despontaram como pólos dinâmicos na criação de empregos e oportunidades concretas para mobilidade estrutural. Dados do último censo demográfico permitem comprovar tal assertiva: enquanto no Município de São Paulo - epicentro da instabilidade sistêmica dos anos 80 - a população ocupada expandiu-se em 12% entre 1980 e 1991, no estado a cifra foi de 28,5%, e, no País, aumentou 30,2% no mesmo período. As possibilidades para mobilidade social ascendente estariam se dando, portanto, em outros contextos espaciais no País. A Região Metropolitana de Belo Horizonte era um destes espaços mais favoráveis, como mostra o estudo da mobilidade social na região, elaborado por Andrade & Rodrigues (1996).

Superada a crise de 1981-1983 e diante dos primeiros sinais de recuperação econômica após 1984, Pastore ousou arriscar no delineamento de um cenário favorável à mobilidade social no País para o restante da década:

"O período recente, atingido pela recessão, a partir de 1981, parece ter revertido o processo nas regiões metropolitanas. Tal período, entretanto, além de recente, foi curto, dada a recuperação que se iniciou a partir do segundo semestre de 1984 - e que poderá redundar em nova aceleração da mobilidade social de modo a retomar o processo e, quem sabe, até compensar a estagnação suspeitada" (Pastore, 1986, p.53).

Tabela 5 - Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto, segundo as regiões Brasil-1970/1994 (em %)

Região	1970/ 1975	1975/ 1980	1980/ 1985	1985/ 1990	1990/ 1994
Total	9,4	16,9	6,0	4,8	0,5
Norte	8,9	8,8	3,7	3,3	1,5
Nordeste	12,5	12,1	2,6	4,9	2,4
Centro-Oeste	9,8	6,4	0,2	1,1	2,9
Sudeste	10,4	5,9	(-) 0,2	1,0	2,3
São Paulo	10,5	10	2,0	3,1	2,9
Minas Gerais	7,8	5,3	(-) 0,2	(-) 0,5	1,8
Espírito Santo	11,4	6,3	0,9	1,6	1,4
Rio de Janeiro	10,1	7,2	1,1	1,9	2,3

Fonte: Pacheco (1996).

Como se sabe, a conjuntura dos anos 80 foi mais caprichosa, intercalando ciclos de expansão e retração econômica (Teixeira, 1992, Cano & Pacheco, 1992), processo esse que, no balanço geral da década, não parece ter criado condições concretas para a mobilidade social generalizada. Afinal, entre 1980 e 1989, a indústria brasileira cresceu apenas à taxa média de 1,3% ao ano, fato que, combinado ao emprego de técnicas de produção cada vez menos intensivas em mão-de-obra, acabou fazendo com que a participação do setor no conjunto dos ocupados não mais aumentasse por todo o período (Cacciamali, 1992). O baixo desempenho também da Construção Civil, que perdera seu principal agente dinamizador (BNH) por conta da crise do sistema de financiamento habitacional, representou, pois, limites severos às possibilidades de mobilidade estrutural na década de 80. As condições gerais do mercado de trabalho urbano vinham mostrar-se crescentemente preocupantes e menos favoráveis mais ao final da década, com baixa expansão do emprego formal, aumento da parcela dos trabalhadores por conta própria e dos assalariados sem contrato de trabalho formalizado, além da redução significativa dos níveis salariais. O desemprego só não foi maior e crescente no período devido à capacidade de absorção da população ativa pelo terciário (Mattoso & Baltar, 1996; Baltar, Dedecca & Henrique, 1997).

É bem verdade que o desempenho da Administração Pública e dos Serviços Sociais na criação de postos de trabalho durante a década (Médici, 1991; Sabóia, 1995) pode ter representado algum alento para a mobilidade social ascendente. Afinal, são setores com ocupações mais estruturadas, diversificadas e, em média, de maior qualificação profissional. No entanto, a pequena magnitude de suas participações na estrutura ocupacional no País não permitiria refletir grandes efeitos finais sobre a mobilidade social da população ocupada. A pequena duração dos surtos de prosperidade e a instabilidade cíclica também parecem ter contribuído, na melhor das hipóteses, para manter inalteradas as posições relativas dos ocupados.

1980 e 1991 os migrantes rural-urbanos, exclusive os provenientes dentro do próprio município, totalizaram 4,5 milhões de pessoas, contra 6,3 milhões no decênio anterior⁸. Os fluxos intermunicipais do tipo urbano-urbano, que já congregavam 50% dos migrantes na década de 70, passaram a representar 60 % dos deslocamentos no País no período seguinte. Neste sentido, a contribuição da migração rural-urbana para as cifras de mobilidade, expressa concretamente pela mudança de residência de trabalhadores rurais para zonas urbanas, passou a ser de importância decrescente.

Se, de fato, não só a migração rural-urbana, mas a migração em geral, tem efeito po-

Tabela 6 - Evolução de indicadores selecionados do mercado de trabalho - Brasil-1979/1990

Indicadores	1979	1981	1983	1986	1990
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Taxa de desocupação	2,7	4,3	4,9	2,4	3,7
Ocupados não-contribuintes da previdência	50,9	50,1	52,3	50,1	49,9
Ocupados conta-própria, atividades não-agrícolas	17,9	19,5	19,8	19,7	20,3
Distribuição de ocupados por setor de atividade (%)					
Agropecuária e extrativismo	32,5	29,3	27,1	25,9	22,8
Indústria de transformação	17,0	16,6	15,8	17,7	16,6
Construção civil	6,9	8,1	9,5	6,5	6,1
Comércio de mercadorias	9,7	10,3	10,6	11,3	12,9
Prestação de serviços	23,8	24,5	25,5	25,7	27,9
Serviços sociais/administração pública	10,1	11,2	11,5	12,9	13,7

Fonte: Sabóia (1995) com base nas PNADs.

Além disso, a diminuição dos fluxos intermunicipais da migração rural-urbana também acabou não ajudando as estatísticas de mobilidade ascendente, no sentido preconizado por Pastore (1979) para o período anterior a 1973. Pela já citada dinâmica setorial da agropecuária em algumas regiões do País, e a diminuição do estoque de população rural existente em 1980, depois de décadas de intenso êxodo rural, o volume de migrantes rural-urbanos ao longo dos anos 80 viria a diminuir em relação ao decênio anterior: entre

sitivo para a mobilidade social, como implicitamente faz crer a teoria clássica, a estabilização numérica dos fluxos intermunicipais também arrefeceu a contribuição "inercial" da migração sobre a mobilidade. Em 1991, as pessoas não-naturais do município de residência totalizaram 24 milhões de indivíduos, mesmo estoque apurado em 1980. É bem verdade que, em face da conjuntura desfavorável dos mercados de trabalho metropolitanos, a diminuição da intensidade migratória para as metrópoles do Centro-sul pode ter contribuído para

⁸Dados referentes às pessoas não-naturais do município com menos de dez anos de residência, que saíram da zona rural de outro município. Não computam, pois, os fluxos rural-urbanos intramunicipais, que podem constituir, contudo, um volume numericamente tão expressivo quanto o anterior (Carvalho, 1985).

minimizar o risco da imobilidade ou mobilidade descendente. Por outro lado, algum efeito positivo para a mobilidade deve ter sido gerado pelo redirecionamento de parte dos fluxos migratórios para centros urbanos médios ou mais dinâmicos do interior do Território Nacional e mesmo para algumas capitais e periferias do Nordeste (Baeninger, 1998). Enquanto as Regiões Metropolitanas de Fortaleza e Salvador, e as cidades médias (de 100 mil a 300 mil habitantes) apresentaram taxas médias de crescimento acima de 3% a.a - chegando a superar 4,5% a.a no caso dos centros médios do Centro-Oeste e Norte - a Região Metropolitana de São Paulo exibiu taxas muito inferiores (1,9%).

No balanço geral, as possibilidades mais concretas de movimentos ao longo da escala socioocupacional durante os anos 80 teria sido pela troca de posições entre ocupados, em que a subida de um decorreria da descida de outro, isto é, pela mobilidade circular. A intensidade da melhoria dos indicadores de escolaridade da PEA ocupada ao longo da década (Médici, 1991) sugere que tal tipo de mobilidade de fato passou a ser mais importante que no passado.

A reavaliação dos níveis de mobilidade social em 1982 e 1988 por Pastore & Haller (1993) revelou, de fato, uma modificação significativa do padrão de mobilidade social intrageracional e intergeracional dos chefes de família no País, ainda que parte da tendência apontada por eles talvez se deva a problemas metodológicos de comparabilidade temporal. Pelas estimativas dos autores, os coeficientes de mobilidade intrageracional apontaram queda acentuada da mobilidade ascendente, que passou de 54,2% em 1973 para 26,1% em 1982 e para 27,3% em 1988. De forma equivalente, a imobilidade e a mobilidade descendente tiveram aumentos expressivos: mais de dois terços dos chefes passaram à condição de imóveis em 1988, quando eram cerca de 42% em 1973; cerca de 6% desceram na escala posicional, entre o primeiro e último emprego em 1988, cifra mais elevada que em 1973 (4%). As cifras da mobilidade intergeracional foram também contrastantes: a mobilidade ascendente, por exemplo, caiu de 47% em 1973, para 40% em 1982 e para 37% em 1988.

Tabela 7 - Taxas médias anuais de crescimento do Produto Interno Bruto, segundo regiões Brasil - 1970/1990 (em %)

Tipo de mobilidade social	1973	1982	1988
Mobilidade intergeracional			
Total	100,0	100,0	100,0
Ascendente	47,1	39,9	37,4
Imobilidade	41,6	32,4	35,2
Descendente	11,3	27,6	27,3
Mobilidade intrageracional			
Total	100,0	100,0	100,0
Ascendente	54,2	26,1	27,3
Imobilidade	41,9	69,4	67,0
Descendente	3,9	4,5	5,7

Fonte: Pastore (1979) e Pastore & Haller (1993).

Nota: Trabalhadores autônomos na agropecuária no estrato médio-médio

Sem negar a validade das assertivas dos autores sobre as tendências da mobilidade na década de 80, é importante observar que algumas estimativas dos coeficientes de mobilidade de 1982 e 1988 soam um pouco inconsistentes, pelo fato de terem apresentado uma variação muito forte no período. Possivelmente, a modificação e ampliação por que passou a classificação de ocupações nas PNADs e no Censo Demográfico 1980 pode ter levado a problemas de compatibilização metodológica no uso da escala de Valle Silva, usada por Pastore em 1973 nas PNADs 1982 e 1988. Um dos problemas de compatibilização parece ter se dado com as ocupações na Agropecuária, com a criação de uma categoria específica de Trabalhadores por conta própria (código 301), separada da categoria Agricultores usada no Censo de 1970 e na PNAD 1973. Aparentemente os Trabalhadores por conta própria foram alocados no estrato médio-médio no cômputo das estimativas de mobilidade para 1982 e 1988 por Pastore, quando, na realidade, pela renda e/ou escolaridade média, deveriam ser classificados no piso da escala socioocupacional, junto com os Trabalhadores de enxada (Valle Silva, 1985). Com isso, a parcela de chefes ocupados em postos de trabalho de status baixo-inferior ficou

subestimada (e aquela referente à posição médio-médio ficou superestimada)⁹.

Assim, as estimativas de mobilidade ascendente de Pastore & Haller (1993) para 1982 e 1988 parecem estar subestimadas, ao não contabilizar a mobilidade de trabalhadores rurais por conta própria para o baixo terciário urbano. As estimativas de imobilidade e mobilidade descendente fornecidas pelas autores, ao contrário, estariam superestimadas.

Ainda que se possa questionar a magnitude das cifras, o fato é que elas passaram a indicar uma mudança significativa no padrão de mobilidade social identificado anteriormente: era cada vez mais difícil se movimentar pela escala social, quanto mais ascender na mesma. Na visão dos autores, configurava-se, pois, um "fenômeno novo na história da estrutura social brasileira". Boa parte destas mudanças seriam debitáveis, segundo os autores, ao estreitamento das novas oportunidades no mercado de trabalho nos anos 80, mas outra parte decorreria da própria mobilidade ascendente anterior dos indivíduos que, partindo de um patamar mais alto, estariam sujeitos a maiores riscos de descer na escala social. Manter-se na mesma posição já devia ser encarado como um desempenho bem-sucedido.

Fazendo um balanço da década em termos da mobilidade e especulando sobre as possibilidades de ascensão social já nos anos 90, Pastore & Haller (1993) mostraram-se, desta vez, bastante pragmáticos, apontando dificuldades crescentes. A sociedade brasileira estaria presenciando a transição de um regime de mobilidade social ditado menos pela mobilidade estrutural e cada vez mais pela mobilidade circular:

"Enfim, os brasileiros continuam tendo as dificuldades tradicionais para penetrar nos níveis mais altos da estrutura social - agora acompanhadas de uma probabilidade bastante ampliada de descida na escala social. Trata-se, sem dúvida, de um clima bem diferente do que foi vivido nas décadas de 50, 60 e parte de 70, quando os mercados de trabalho se ampliaram de modo extraordinário e demandaram o preenchimento das novas oportunidades de trabalho por gente preparada e não-preparada. Foi uma época de muita improvisação e muito aprendizado em serviço, em que as pessoas iam subindo na escala social impulsionadas em grande parte pela força da expansão do mercado de trabalho e do próprio desenvolvimento econômico. Esses anos dourados passaram, e a realidade atual é bastante diferente. A mobilidade ascendente é mais difícil por três motivos. Em primeiro lugar, porque o ponto de partida é mais alto. Em segundo lugar, porque as oportunidades de trabalho são menores. Em terceiro lugar, porque para uma pessoa subir começa a ser necessário que outra desça, morra ou se aposente. É o início da era da mobilidade circular, que começa a tomar o lugar da mobilidade estrutural." (Pastore & Haller, 1993, p.40-41).

A importância da mobilidade circular no padrão de mobilidade social pós-constituição

⁹De fato, pelas estimativas de Pastore, entre 1973 e 1982, a proporção de chefes ocupados no estrato baixo-inferior teria passado de 32 % para 11 % (no mesmo período, a parcela do estrato médio-médio teria se elevado de 18% para 28% dos chefes ocupados). Esta variação da parcela de chefes no estrato baixo inferior, entre 1973 e 1980, é muito mais intensa do que a observada entre a PEA de empregados agrícolas (em sua larga maioria trabalhadores de enxada ou na pecuária), trabalhadores não-remunerados e trabalhadores por conta própria, quando passaram de 39% da força de trabalho ocupada para 29 % da mesma. Em 1991, os empregados não-remunerados e trabalhadores por conta própria na agropecuária totalizavam 22 % , cifra menor que a de 1980, como era de se esperar, mas também significativamente superior à estimativa de chefes ocupados no estrato baixo inferior, levantada por Pastore para 1988 (11%).

da sociedade urbano-industrial brasileira foi um dos achados inéditos e importantes a que chegou Scalon (1999), em sua análise sobre a temática com os dados da PNAD1988. Seguindo uma perspectiva teórico-metodológica distinta da adotada por Pastore - o que dificulta, mas não invalida, a comparação de resultados entre as pesquisas - a autora constatou uma forte diminuição das cifras de mobilidade estrutural em detrimento da expansão das relativas à mobilidade circular, que chegariam a ser, inclusive, maiores que as primeiras (22% de mobilidade intergeracional circular contra 16% de mobilidade estrutural para homens de 20 a 64 anos em 1988). Esta mudança de padrão seria conseqüência, na mesma linha argumentativa de Pastore, do estágio de consolidação da industrialização e urbanização no País, que não favoreciam mudanças estruturais tão significativas na estrutura de ocupações como as vivenciadas até a década de 70.

Os condicionantes da mobilidade social na Reestruturação Produtiva

Se a "Década Perdida" se notabilizou pela imobilidade social - com cerca de 67% de imóveis - os anos 90 correm o risco de entrar para a história nacional como a "Década mais do que Perdida" em termos da mobilidade¹⁰. Tal como os anos 80, as condições para mobilidade estruturalmente ascendente não estariam dadas. Na realidade as condições para tanto seriam ainda mais desfavoráveis que as do passado recente. A recessão de 90-92 parece ter tido efeitos deletérios muito mais amplos em termos sociais e espaciais, atingindo mais agudamente as regiões metropolitanas, mas também os rincões de prosperidade mais recente

no interior do território brasileiro. Seus efeitos sobre o nível de emprego industrial, combinados com aqueles decorrentes da abertura comercial acelerada, da ausência de uma política industrial, da desregulamentação dos mercados e da concorrência, da manutenção de taxas de juros elevadas e da sobrevalorização cambial pós-94 não parecem ter sido amenizados pela recuperação econômica a partir de 1993 (Mattoso & Baltar, 1996; Pacheco & Pochmann, 1997; Mattoso & Pochmann, 1995).

De fato, as taxas de expansão das ocupações nos anos 90 têm se mantido mais baixas que a média da década passada, a despeito do crescimento econômico mais vigoroso entre 1994 e 1996. O desemprego descolou sua trajetória da conjuntura econômica, tornando-se um grave problema estrutural. Comércio e Serviços passaram a demonstrar uma impermeabilidade crescente para absorver as massas desempregadas na indústria e a força de trabalho ingressante. A Construção Civil tampouco reencontrou seu caminho, após um curto período de expansão no primeiro quinquênio da década. As ocupações com relações formalizadas de trabalho vêm perdendo, sistematicamente, participação no conjunto. As funções de gerência vêm sendo enxugadas, as de alta qualificação estão sendo terceirizadas, e as manuais qualificadas na indústria estão desaparecendo pela automação das plantas. A indústria perdeu sua capacidade de gerar funções diferenciadas no nível necessário e requer cada vez menos mão-de-obra (Baltar, Dedecca & Henrique, 1997). A reestruturação produtiva seria, pois, poupadora de mão-de-obra no País, o que os enormes ganhos de produtividade industrial nos anos 90 não deixariam desmentir¹¹.

¹⁰Mattos (1997) defende, ironicamente, que os anos 70 é que teriam se constituído na "Década perdida", pois foi lá que se perdeu, perante a conjuntura de crescimento econômico acelerado, a oportunidade de se garantir uma melhor repartição das benesses do desenvolvimento. Na conjuntura econômica desfavorável em boa parte dos anos 80 isso seria muito mais difícil, como a experiência se mostrou.

¹¹ A produtividade industrial teria crescido, em média, 7,35% aa no primeiro quinquênio dos anos 90, contra 0,25 % aa no quinquênio anterior (Bonelli, 1996). Em um contexto de crescimento econômico modesto como o verificado nos anos 90, este comportamento da produtividade decorreria da diminuição acentuada do pessoal ligado à produção (através da terceirização de atividades) e introdução de insumos importados nos processos intermediários de produção. Em ou outro caso, haveria diminuição de postos de trabalho industriais.

Tabela 8 - Evolução de indicadores selecionados do mercado de trabalho Brasil - 1979/1997 (em %)

Indicadores	1992	1995	1997
Total	100,0	100,0	100,0
Taxa de desocupação	6,5	6,1	7,8
Ocupados não contribuintes da previdência	56,6	56,9	56,5
Ocupados conta própria atividades não-agrícolas	20,6	21,8	21,5
Distribuição de ocupados por setor de atividade (%)			
Agropecuária e extrativismo	28,3	26,1	24,2
Indústria de transformação	12,9	12,3	12,3
Construção civil	6,1	6,1	6,6
Comércio de mercadorias	12,1	13,1	13,3
Prestação de serviços	27,8	29,1	29,9
Serviços sociais/Administração pública	12,8	13,3	13,7

Fonte: PNADs - vários anos.

A recessão dos primeiros anos da década, combinada às medidas "neoliberalizantes" tomadas pelo governo (Teixeira, 1992; Cano & Pacheco, 1992; Pacheco & Pochmann, 1997) - assentadas na abertura acelerada do mercado interno, privatização de empresas estatais e de serviços públicos, políticas fiscais e monetárias restritivas e na sobrevalorização da moeda nacional - fez com que o nível de emprego no País e em São Paulo começasse a exibir uma trajetória clara e sistematicamente desfavorável, com aumento da perda de postos de trabalho. O perfil posicional da mão-de-obra, que ao longo da década de 1980 seguiu curso praticamente inalterado no Estado de São Paulo (Kon, 1994), começou a exibir sinais de "precarização", com aumento do setor "informal". Com relação à distribuição setorial dos ocupados, o processo de lenta modificação nos anos 80 - que se manifestou pela diminuição da participação das ocupações agropecuárias, aumento equivalente no terciário e manutenção da parcela relativa ao emprego industrial e na Construção Civil - passa a exibir novo e perverso ritmo a partir do final da década passada e na recessão de 1991-1992, de forma potencializada na Região Metropolitana de São Paulo. Como sintetizou Troyano acerca das tendências do mercado de trabalho metropolitano entre 1989 e 1992:

"A análise efetuada indica que, ao longo da crise econômica, houve uma deterioração global das condições do mercado de trabalho. Esta ficou evidenciada pelo aumento do desemprego, pela instabilidade do nível de ocupação - seguida de expressiva queda em 1992 - e pela redução pronunciada do rendimento do trabalho.

O estudo dos diferentes segmentos ocupacionais mostrou que esta deterioração foi generalizada. Houve uma forte precarização nas condições de trabalho, seja em termos da redução dos rendimentos reais para os trabalhadores que permaneceram ocupados, seja pela perda de emprego ou trabalho, sobretudo entre os assalariados com carteira de trabalho assinada na empresa privada. Esta perda reflete-se na redução absoluta dos níveis de emprego e nas altas taxas de desemprego registradas no período em análise. Assim, a estruturação do assalariamento, ainda que predomine como padrão de organização do trabalho na região, é frágil, sujeita à precarização, não garantindo uma proteção à deterioração das condições de trabalho, mesmo no seu tipo de contratação mais formalizado." (Troyano, 1996, p.204).

Na mesma linha, analisando os efeitos da Reestruturação Produtiva do anos 90 sobre segmentos médios da sociedade paulista - assalariados de colarinho branco do setor formal - Quadros (1997) revelou o enxugamento intenso dos postos de diretores, assessores, gerentes, chefes e supervisores nas empresas. Na indústria, os cargos de Gestão Superior (diretores, gerentes e assessores) teriam encolhido em 30 % em relação ao contingente empregado em 1989; no setor financeiro o corte teria sido muito maior (61%). A classe média que ascendera no Milagre ou antes dele, e que conseguira manter sua situação social nos anos 80 - ainda que mais empobrecida - iniciou a década de 1990 sujeita

a um clima maior de insegurança e muito mais suscetível ao risco do trabalho informal ou autônomo não regular. As condições de mobilidade ascendente para a classe média seriam muito mais estreitas que no passado, e, neste contexto:

"... O que interessa, de fato, é permanecer entre os diferenciados da massa popular - situação precária para a qual estão sendo empurrados expressivos contingentes da média e da baixa classe média. E são justamente as condições desta inclusão ou permanência entre os diferenciados que estão se alterando em profundidade. Em primeiro lugar, tudo leva a crer que estão se estreitando significativamente os espaços sociais para esta camada social. Por outro lado, são igualmente relevantes as mudanças que se processam nos canais de acesso. E ambos os processos afetam enormemente, as perspectivas de condições das gerações mais jovens da classe média, que precisam conquistar sua posição da sociedade". (Quadros, 1997, p.181).

O "enxugamento" dos postos de média gerência viria também acompanhada da terceirização dos serviços de alimentação, limpeza e transportes nas grandes empresas, funções estas antes desempenhadas por quadros internos. Se para as empresas tal reestruturação organizacional representava redução de custos (Matesco, 1996), para os funcionários "terceirizados" este processo significava uma clara deterioração das condições de trabalho, seja pela perda dos benefícios indiretos que antes desfrutavam nas grandes empresas, seja pela exposição aos riscos de maior rotatividade e desemprego das atividades ligadas à Prestação de Serviços.

Como mostram estes cenários, a desestruturação do mercado de trabalho paulista e nacional tem sido tão intensa que a própria identificação da mobilidade social com a mobilidade ocupacional parece perder a validade que lhe era inerente no passado. As relações de tra-

balho, a forma de inserção no processo produtivo, a vinculação setorial das atividades ocupacionais passam a assumir nuances tão variadas e conjunturais que colocam desafios adicionais na identificação da natureza ascendente ou não das trocas de posições ocupacionais no mercado. A redefinição dos conteúdos e funções precípua das ocupações existentes, o surgimento de novas, ou mais genericamente, a "pós-fordização" das relações de produção - manifestada pelo esvaziamento das funções da gerência média, automação crescente, sistemas de produção baseados menos em economias de escala e mais em economias de escopo, "empowerment" das atividades do chão da fábrica (Barros Silva & Médici, 1992) - estão provocando mudanças substantivas no espectro ocupacional, alterando posições relativas de status e rendimentos até então muito estáveis entre as profissões. Ser médico, professor, torneiro mecânico ou perueiro, ter carteira assinada ou não, ser ou não conta-própria configuram hoje situações menos esclarecedoras que no passado sobre a possível situação social do indivíduo.

Além disso, pensando na agenda de estudos sobre mobilidade social e migração, é preciso reconhecer que a relação paradigmática entre emprego e mobilidade espacial - que está na gênese e na agenda dos estudos de migração desde o século passado, especialmente naqueles voltados à compreensão do processo nas sociedades em desenvolvimento, seja em uma perspectiva macroestrutural, seja em uma perspectiva micro-social (Pacheco & Patarra, 1997; Salim, 1992) - parece estar perdendo poder explicativo. A migração não seria condicionada apenas por desequilíbrios regionais de oferta e demanda de empregos, ou pelo balanço racional do indivíduo em busca de um emprego melhor, mas crescentemente, em função da busca de menores custos de habitação, melhor oferta de serviços públicos e privados, melhor qualidade de vida, maior proximidade da família etc. (Antico, 1997).

O panorama da mobilidade social e espacial seria, neste novo contexto, ainda mais diverso que o configurado na década passada, de maior incertitude de destino e dos resultados líquidos do processo. Como bem observam Pacheco & Patarra (1997):

"Brasil da década de 80 era um prenúncio dos dilemas que passamos a assistir com maior violência nos anos 90: baixa capacidade de acomodar as tensões sociais e de incorporar novos indivíduos ao mercado formal de trabalho; uma interiorização do desenvolvimento que decorre mais da debilidade das economias metropolitanas que do crescimento sustentado dos diversos hinterlands desse País; intensa mobilidade espacial da população, dentro de uma tipologia de movimentos bem mais complexa do que os padrões clássicos da migração de longa distância das décadas passadas; insegurança social do período anterior e de reduzir a desigualdade. Um País em que as pessoas continuam a circular atrás de alguma esperança de melhoria, embora cada vez mais sem destino certo, até então representado pela cidade grande, onde a imensa disparidade entre os indivíduos era suavizada pela sensação subjetiva e, por vezes objetiva, de uma melhoria futura da qualidade de vida". (Pacheco & Patarra, 1997, p.48-49).

Os dados da Contagem Geral da População 1996 não poderiam ser mais clarividentes com relação à incertitude das tendências migratórias no período mais recente no País. Na Região Norte, Mato Grosso e Rondônia, *loci* privilegiados da fronteira agrícola nos anos 50 e que exibiam até a pouco tempo das mais altas taxas de crescimento demográfico do País, apresentaram redução muito expressiva em suas tendências de crescimento, passando a exibir taxas pouco acima da média nacional de 1,4% aa (Baeninger 1998). Redução menor, mais também significativa, nas taxas de crescimento populacional também se observou na Região Centro-Oeste. No Sul, pela primeira vez após esgotamento de sua fronteira agrícola nos anos 60, o Paraná passou a apresentar taxa de crescimento demográfico acima de 1% a.a. A Região Metropolitana de Curitiba foi a que mais rapidamente cresceu nestes cinco anos. Após um pequeno arrefecimento na década de 1980, os fluxos emigratórios do Nordeste parecem retomar sua força, especialmente em direção à metrópole paulistana, que chegou a crescer mais rapidamente que a média nacional no primeiro quinquênio nesta década, relativizando a tendência à "desmetropolização" aludida por Martine (1994), que os dados do Censo de 1991 sugeriam. Sem dúvida, os cenários futuros da dinâmica migratória adquirem contornos mais complexos, mais difíceis de serem antecipados que aqueles do período da constituição da sociedade urbano-industrial brasileira.

Tabela 9 - Evolução da população e de indicadores demográficos - Brasil - 1970/1996

Indicadores	1970	1980	1991	1996
População total (mil pessoas)	93 139	119 003	146 825	157 080
População urbana (mil pessoas)	52 085	80 436	110 991	123 082
Taxa de urbanização	55,9	67,6	75,6	78,4
Êxodo rural (mil pessoas)	14 413	12 145	5 781	-
Taxas de crescimento anual no período				
População total	2,5	1,9	1,4	-
População urbana	4,4	2,3	2,1	-
Região Norte	4,9	3,9	1,9	-
Região Nordeste	2,2	1,8	1,1	-
Região Sudeste	2,6	1,8	1,4	-
Região Metropolitana de São Paulo	4,5	1,9	1,5	-
Região Sul	1,4	1,4	1,2	-
Região Centro-Oeste	4,1	3,0	2,2	-

Fonte: IBGE (1996), Camarano & Abramovay (1998), Baeninger (1998).

As perspectivas de mobilidade social no contexto em que vêm se processando a Reestruturação Produtiva no País não parecem, contudo, difíceis de serem conjecturadas. Afinal, a mobilidade social possível é através da mobilidade circular, cujos efeitos finais sobre a mobilidade ascendente são muito menores que os da mobilidade estrutural. Além disso, a própria mobilidade circular ascendente está restrita a segmentos de trabalhadores muito específicos, de pessoas mais qualificadas, que só podem ascender pelo descenso de outros menos qualificados. Os efeitos da mobilidade social de trabalhadores rurais são cada vez menores, na medida em que os fluxos rurais-urbanos perdem parte de sua força do passado (pelo quantitativo hoje residente no campo - Camarano & Abramovay, 1998). Enfim, à luz das manifestações concretas da Reestruturação Produtiva no País, as perspectivas para mobilidade social nos anos 90 seriam de aumento da parcela de mobilidade descendente ou, na melhor das hipóteses, de aumento da imobilidade.

À guisa de conclusão: evidências empíricas da mobilidade social de migrantes e não-migrantes pela PNAD 1996

Aumento da mobilidade descendente e da imobilidade social são, de fato, as tendências que se pode inferir a partir dos dados divulgados da PNAD1996, que incluiu no seu levantamento de campo um suplemento relativo à mobilidade social das pessoas de referência e cônjuges nos domicílios. Reproduzindo-se a análise de mobilidade intergeracional de Pastore (1979), com o mesmo universo de análise - homens chefes de domicílio de 20 a 64 anos - e escala sócio-ocupacional - seis estratos baseados no Índice de Posição Social de

Ocupações de Valle Silva (1978), com o grupo de trabalhadores rurais autônomos no estrato médio-médio - pôde-se identificar que a mobilidade descendente atingiu a cifra de 28% dos chefes em relação à posição dos pais, parcela um pouco maior que a de 1988. A imobilidade atingiria cerca de 36,4% dos chefes e a mobilidade ascendente, 35,6%.

Recalculando os coeficientes de mobilidade inter e intrageracional, nas mesmas condições anteriores, mas com o grupo de trabalhadores rurais autônomos no estrato baixo inferior da escala de Valle Silva - onde seria mais correto colocá-lo em função dos rendimentos e/ou escolaridade média (Valle Silva, 1985) e onde aparentemente tal grupo foi alocado no estudo de Pastore (1979) - observa-se tendências que também parecem corroborar as dificuldades crescentes de mobilidade social ascendente nos anos 90¹². Tomando-se as estimativas de mobilidade intrageracional, mais pertinentes para se analisar as mudanças recentes do padrão de mobilidade social no País, observa-se uma clara e intensa diminuição da mobilidade ascendente (de 54% para 31% entre 1973 e 1996), e aumento correspondente da imobilidade e mobilidade descendente. Naturalmente há que se considerar que parte destas mudanças devem ser debitadas ao ponto de partida mais elevado de parcela dos indivíduos pesquisados em 1996. Afinal, na PNAD1973, cerca de 60% dos chefes estavam ocupados em postos de trabalho no piso da escala de Valle Silva, contra 35% pela PNAD1996 (estrato baixo inferior). Ainda assim, o aumento de 4% para 9% das cifras de mobilidade descendente e, de 42% para 60% da proporção de imóveis, parecem ser emblemáticas das dificuldades crescentes por que vieram passar os trabalhadores na preservação de sua posição socioocupacional alcançada a partir dos anos 80¹³.

¹²No cômputo destas estimativas de mobilidade alocou-se o grupo de Trabalhadores por Conta Própria (código 301) no estrato ocupacional médio-médio, para poder comparar com as cifras de mobilidade para 1982 e 1988 apresentadas em Pastore & Haller (1993). Vale observar que o status socioocupacional do pai na PNAD 1996 refere-se ao momento em que o indivíduo tinha 15 anos, e nas pesquisas anteriores referiam-se ao momento de entrada no mercado de trabalho, evento que se deu, em 70% dos indivíduos analisados em 1996, a idades de até 14 anos. Além disso, na PNAD 1996, assim como em todas na presente década, não existe mais o conceito de chefe de família ou domicílio, e sim de pessoa de referência, cuja identificação com o sexo masculino é - aparentemente- menos intensa que a do conceito anterior. Esta é, pois, mais uma questão metodológica a considerar na comparação entre as cifras de mobilidade da PNAD 1996 com as cifras das pesquisas anteriores.

¹³As estimativas de mobilidade inter e intrageracional aqui apresentadas são muito próximas às divulgadas em reportagem publicada na Revista VEJA, edição 1602, n.24, de 16/06/1999, p.68-81, com dados baseados também na PNAD/96.

Tabela 10 - Mobilidade inter e intrageracional dos chefes do sexo masculino de 20 a 64 anos Brasil-1973/1996

Tipo de mobilidade social	Intergeracional		Intrageracional	
	1973	1996	1973	1996
Total	100,0	100,0	100,0	100,0
Mobilidade ascendente	47,1	48,1	54,2	31,1
Imobilidade	41,6	39,2	41,9	60,0
Mobilidade descendente	11,3	12,7	3,9	8,9

Fonte: 1973 : Pastore (1979).

1996 : Elaboração própria a partir da PNAD/96.

Notas: 1. Compatível com definições de Pastore (1979)

2. Trabalhadores autônomos na agropecuária no estrato baixo-inferior.

Quanto à mobilidade intergeracional, as cifras são muito próximas àquelas obtidas por Pastore (1979) para a PNAD1973. Era de se esperar que os resultados fossem próximos, já que os pais dos chefes de família em 1973 e em 1996 estavam alocados, em sua grande maioria, nas ocupações rurais de status baixo-inferior (65% pela PNAD1973 e 56% pela PNAD1996). O pequeno aumento da mobilidade intergeracional ascendente poderia decorrer dos efeitos positivos da ampliação das oportunidades de escolarização básica a partir dos anos 60/70, que teriam impactado na geração dos chefes com 30 anos ou mais nos anos 90. Ainda assim, mesmo na análise da mobilidade intergeracional, o aumento da estimativa de mobilidade circular, que teria passado de 26% em 1973 para 32% em 1996, corrobora as assertivas anteriores quanto às dificuldades crescentes da mão-de-obra de ascender na estrutura ocupacional.

As tendências apontadas anteriormente por Pastore com relação à mobilidade dos migrantes interestaduais também se verificam, especialmente entre aqueles que se deslocaram para São Paulo : eles apresentaram cifras de mobilidade social ascendente mais elevadas que os não-migrantes (não-naturais do estado de residência), seja em relação aos

país, seja em relação à primeira ocupação exercida a partir dos 15 anos. Essa maior mobilidade ascendente dos migrantes (34% contra 30% entre os não-migrantes, na mobilidade intrageracional) deve-se ainda ao peso e desempenho observado entre trabalhadores rurais que vieram para as cidades nas últimas décadas, e que conseguiram se inserir em ocupações de baixa qualificação na Prestação de Serviços e Construção Civil, ascendendo um degrau, em geral, na escala socioocupacional . De fato, se não se considerasse como mobilidade vertical essa troca ocupacional - de trabalho agrícola para o baixo terciário urbano - a cifra de mobilidade ascendente cairia de 31 % para 27%¹⁴.

Estes resultados parecem oferecer uma explicação plausível para a robustez do volume quantitativo do fluxo de migrantes do Nordeste rural para a Região Metropolitana de São Paulo, com todas as agruras por que vem passando o mercado de trabalho metropolitano desde os anos 80. Para este migrante proveniente da zona rural, as condições estruturais da localidade de origem, o volume quantitativo e diversidade das oportunidades ocupacionais lá criadas, o contexto institucional lá existente parecem constituir obstáculos ainda maiores para a melhoria da inserção socioocupacional que as condições prevalecentes em mercados de trabalho mais estruturados e diversificados, ainda que menos dinâmicos em termos relativos na criação de postos de trabalho¹⁵.

Em que pese o fato dos migrantes apresentarem uma mobilidade ascendente maior, não deve passar despercebido que foi entre eles que as cifras de mobilidade também apresentaram maior variação. Como já mostrado anteriormente, a estimativa de Pastore da mobilidade intrageracional ascendente dos migrantes em 1973 era de 57%, 19 pontos

¹⁴Esta cifra foi calculada como se as categorias socioocupacionais de mais baixo status - estrato baixo-inferior e baixo superior- fossem fundidas em uma só, eliminando as trocas ocupacionais entre estes níveis.

¹⁵Observe-se que, ainda que o mercado de trabalho metropolitano cresça a taxa menores que o de algumas regiões do País, em termos absolutos, isto é, em termos do volume ofertado de vagas disponíveis, ele ainda mostra-se muito atrativo.

percentuais maior que a estimada pela PNAD1996 (entre os não-migrantes a queda foi de 7 pontos percentuais).

Como era de se esperar, migrantes com maior tempo de residência apresentavam em 1996 nível de mobilidade ascendente mais elevados. O maior conhecimento das oportunidades e regras do mercado de trabalho na sociedade de destino, acumulação de capital para montar negócio próprio e preenchimento de requisitos credencialistas exigidos pelos empregadores certamente abrem novas possibilidades de inserção ocupacional para o migrante (Martine & Peliano, 1978, PREALC,

1983). Não se deve esquecer, porém, que ademais da adaptação positiva de parcela dos migrantes, as cifras de mobilidade segundo tempo de residência refletem, em alguma medida, a "evasão seletiva dos menos aptos" a competir no mercado de trabalho, além da dificuldade diferenciada de inserção ocupacional diante da conjuntura crescentemente pior do emprego ao final da década passada e nos anos 90. O aumento da migração de retorno, sobretudo aqueles com origem na região metropolitana e destino no Nordeste, são evidências da importância crescente deste mecanismo (Cunha, 1996).

Tabela 11 - Mobilidade intergeracional e intrageracional das pessoas de referência do sexo masculino de 20 a 64 anos - Brasil-1996

Segmento Populacional	Mobilidade das pessoas de referência			
	Descendente	Imóvel	Ascendente	Total
Intergeracional				
Total	12,7	39,2	48,1	100
Não-migrantes	12,9	42,3	44,8	100
Migrantes	11,9	29,5	58,6	100
Com 0-4 anos de residência	14,0	30,7	55,3	100
Com 5-9 anos de residência	14,5	25,9	59,6	100
Com 10+ anos de residência	11,0	29,8	59,2	100
Residentes no Estado de São Paulo	12,7	29,5	57,8	100
Não-migrantes	13,9	33,9	52,2	100
Migrantes	10,5	22,1	67,4	100
Intrageracional				
Total	8,9	60,0	31,1	100
Não-migrantes	8,8	61,1	30,1	100
Migrantes	9,1	56,9	34,0	100
Com 0-4 anos de residência	10,9	58,2	30,9	100
Com 5-9 anos de residência	10,4	55,8	33,8	100
Com 10+ anos de residência	8,6	56,9	34,5	100
Residentes no Estado de São Paulo	9,3	54,8	35,9	100
Não-migrantes	9,3	55,9	34,8	100
Migrantes	9,4	53,0	37,6	100

Fonte: PNAD 1996 – Elaboração própria.

Notas: 1. Escala de Valle Silva (1974) usada por Pastore (1979).

2. Trabalhadores autônomos na agropecuária no estrato baixo-inferior.

(1) Status migratório definido como condição de naturalidade no estado de residência atual.

Enfim, os ciclos de curta prosperidade e cada vez mais frequentes e longos de dificuldades econômicas parecem estar minando as possibilidades concretas que a expansão industrial do pós-guerra criou para a mobilidade social de amplas camadas da população no Brasil, migrantes ou não. Mudanças significativas na estrutura social dependem de mobilidade estrutural, que só podem ser desencadeadas por um movimento sustentado e de longo prazo de desenvolvimento econômico, que garanta a criação de oportunidades ocupacionais mais complexas e em larga escala para a força de trabalho. Afinal...

"A mobilidade social é condição e efeito do processo de desenvolvimento. Ela depende, assim, de mudanças estruturais (transformações estruturais, tipos de emprego e espectro ocupacional) e individuais (educação, experiência, informação e relacionamento). O peso de cada uma dessas espécies de fatores depende do estágio e ritmo de desenvolvimento da sociedade" (Peliano, 1992, p.134)

A partir dos anos 80, com a perda de dinamismo na geração de empregos no País, as possibilidades de mobilidade social - para migrantes ou não - passaram a depender cada vez mais dos atributos individuais na disputa pelas vagas abertas. Assim, se tantos sobem na escala socioocupacional, outros tantos des-

cem em igual medida, reforçando de um lado, as cifras de mobilidade ascendente e, de outro, as relativas à mobilidade descendente. As possibilidades de mudanças expressivas da estrutura social brasileira são, neste contexto, muito menores que no passado.

Se antes se subia apenas um ou dois degraus da escala socioocupacional, hoje o esforço da maior parte da população ocupada é procurar manter-se equilibrada no patamar alcançado. Se antes a mobilidade espacial em direção às regiões de maior dinamismo econômico garantia - em boa medida - mobilidade social em relação à posição desfrutada na localidade de origem, hoje a certeza existente é de que o migrante encontrará maiores dificuldades de até mesmo conseguir um posto de trabalho no destino, quanto mais ascender socioocupacionalmente.

As evidências aqui discutidas apontam para a necessidade de se retomar com maior afinco os estudos sobre a inserção social do migrante na sociedade destino, depois do relativo esquecimento por que o tema passou depois dos "anos dourados" dos estudos sobre Migração e Trabalho nos anos 70 (Cunha, 1995). As bases de dados agora disponíveis, a bibliografia desde então consolidada certamente podem permitir avanços importantes sobre as articulações recíprocas entre mobilidade social e migração, para o que este trabalho procurou modestamente contribuir.

Bibliografia

- ALMEIDA, J. Industrialização e emprego no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1974.
- ANDRADE, F.C.D. e RODRIGUES, R. N. Mobilidade social na região metropolitana de Belo Horizonte. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. Anais ... Belo Horizonte: ABEP, 1996. v.1, p.407-436.
- ANTICO, Claudia. Por que migrar? . Patarra, N. et al. Migrações, Condições de Vida e Dinâmica Urbana. Campinas, Inst.Economia UNICAMP/FAPESP, 1997.
- BAENINGER, R. A nova configuração urbana no Brasil: desaceleração metropolitana e redistribuição da população. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. Anais ... Belo Horizonte: ABEP, 1998. v.2, p.729-772.
- BALTAR, P.E.A; DEDECCA, C.S & HENRIQUE,W. Mercado de trabalho no Brasil. In: OLIVEIRA, C.E.B & MATTOSO, J.E.L. (org) Crise e trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta, 1997,p.87-108.
- BARROS SILVA, P.L. & MÉDICI, A. A administração flexível: uma introdução às novas filosofias de gestão. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1992. (Relatório Técnico)
- BELTRÃO, K. & HENRIQUES, M.H. T. Modelagem da migração líquida rural-urbana no Brasil: décadas de 1960/1970 e 1970/1980. Previdência em Dados, Rio de Janeiro, 2 (3): 23-36, 1987.
- BIANCHI, A. M. Mobilidade, estratégia de sobrevivência. São Paulo: FIPE, 1983.
- BONELLI, R. Produtividade industrial nos anos 90: controvérsias e quase fatos. In: IPEA. Economia Brasileira em Perspectiva. Rio de Janeiro, 1996,v.2,p.619-647.
- BOUDON, R. A desigualdade das oportunidades. Brasília: Ed.UnB, 1973.
- CACCIAMALI, M.C. Mudanças estruturais e o ajustamento do mercado de trabalho no Brasil na década de oitenta. Estudos Econômicos, São Paulo, n.22: 133-150, 1992.
- CAIADO, A. S. C. Desenvolvimento regional: novos requisitos para a localização industrial em São Paulo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 10(2):54-59, 1996.
- CAMARANO, A.A. & ABRAMOVAY, R. Exodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinco anos. In: ENCONTRO NACIONAL SOBRE MIGRAÇÃO, nov/1997, Curitiba. Anais ... Curitiba: ABEP/IPARDES, 1998, p.303-327.
- CANELAS, R.G.V. Migração e mobilidade social na sociedade nordestina. São Paulo, 1980 (Dissertação de mestrado em Economia apresentada a FEA/USP).
- CANO, W. & PACHECO, C.A. Trajetórias econômicas e demográficas para a década de 90. In: SEADE. São Paulo no limiar do século XXI. São Paulo, 1992. v.1, p.217-298.
- CARVALHO, J.A.M. Estimativas indiretas e dados sobre migrações: uma avaliação conceitual e metodológica das informações censitárias recentes. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, 2(1): 31-73, 1985.
- CASTRO, M. G. et al. . O processo de inserção do migrante na sociedade urbano industrial. In: MOURA, Hélio (coord.) Migração interna: textos selecionados . Fortaleza: BNB-ETENE, 1980, p.871-906.
- CEPAL. Transformación ocupacional y crisis social en America Latina. Santiago, 1989.
- _____. Impacto de las tendencias demograficas sobre los sectores sociales en America Latina : contribucion al diseno de politicas y programas. Santiago: CEPAL/CELADE, 1996.
- COSTA, M. A. Urbanização e Migração urbana no Brasil. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1975.
- CUNHA, J.M.P. O uso da informação do Censo de 1980 sobre migração: até onde avançamos.Campinas: NEPO, 1995. (Mimeo).
- _____. A mobilidade intra-regional no contexto das mudanças no padrão migratório nacional: o caso da região metropolitana de São Paulo. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, X, out/1996, Caxambu. Anais ... Belo Horizonte: ABEP, 1996, v.2, p.789-811.

- FARIA, V. Mudanças na composição do emprego e na estrutura das ocupações. In BACHA, E. & KLEIN, H. (orgs) A transição incompleta. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986. v.1, p.75-112.
- GUIMARÃES NETO, L. Dinâmica recente das economias regionais brasileiras. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 9 (3): 24-37, 1995.
- IBGE (1996) Tendências demográficas : uma análise a partir dos resultados do Censo Demográfico de 1991. Rio de Janeiro, 1996.
- JANNUZZI, P.M. Mobilidade ocupacional e social dos migrantes no estado de São Paulo: 1980-1993. Campinas, 1998. (Tese de Doutorado em Demografia apresentado ao IFCH/ UNICAMP).
- KON, A. Perfil ocupacional dos assalariados paulistas. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 8(4): 101-108, 1994.
- LATTES, A.E. (org) Migración y desarrollo . Buenos Aires: CLACSO, 1982. (Informe de investigación - serie poblacion).
- LERNER, S. (org) Migración y desarrollo. Buenos Aires: CLACSO, 1972. (Informe de investigación - serie poblacion).
- MARTINE, G. Adaptação dos migrantes ou sobrevivência dos mais fortes. In: MOURA, H. (coord.) Migração Interna: textos selecionados . Fortaleza: BNB-ETENE, 1980a, p.949-974.
- _____. & PELIANO, J.C. Migrantes no mercado de trabalho metropolitano. Rio de Janeiro: IPEA, 1978. (Série Estudos para o Planejamento n.19).
- _____. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. Brasília: IPEA, 1994. (Texto para discussão n.329).
- MATA, M. et al.. Migrações internas no Brasil: aspectos econômicos e demográficos. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1973.
- MATESCO, V.R. A dinâmica da reestruturação produtiva das empresas no Brasil. In: IPEA. Economia Brasileira em Perspectiva. Rio de Janeiro, 1996, v.2, p.609-617.
- MATTOS, F.A.M. Crescimento econômico e distribuição de renda no Brasil (com ênfase no Plano Real). Cadernos da FEA, Bragança Pta., II (7), 1997.
- MATTOSO, J.E.L. & POCHMANN, M. Globalização, concorrência e trabalho. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, IV, São Paulo, mai/1995. Anais... São Paulo: ABET, 1995, p.1565-1588.
- _____. & BALTAR, P.E.A. Transformações estruturais e emprego nos anos 90. Cadernos do Cesit, Campinas, n.21, 1996.
- MÉDICI, A. C. Sem régua nem compasso. Rio de Janeiro: ENCE/IBGE, 1991 (Relatório Técnico).
- MERLLIÉ, D. & PRÉVOT, J. La mobilité sociale. Paris: La Découverte, 1997.
- MERRICK, T.W. & GRAHAM, D. População e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.
- PACHECO, C.A. A questão regional brasileira pós 1980: desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. Campinas, 1996. (Tese de Doutorado em Economia apresentada ao IE/UNICAMP).
- PACHECO, C.A. & POCHMANN, M. Expansão urbana e mercado de trabalho no Estado de São Paulo: um perfil econômico das principais regiões administrativas nos anos noventa. Campinas, 1997 (Mimeo),
- _____. & PATARRA, N. Movimentos migratórios nos anos 80: novos padrões? In PATARRA, N. et al.. Migração, Condições de Vida e Dinâmica urbana: 1980-1993. Ed. IE/ UNICAMP-FAPESP, 1997, p.25-54.
- PAIVA, P. Cinquenta anos de crescimento populacional e absorção de mão-de-obra no Brasil: de 1950 a 2000. Revista Brasileira de Estudos Populacionais, Campinas, 3(1):63-88, 1986.
- PASTORE, J. Desigualdade e mobilidade social no Brasil. São Paulo: T.A. Queiroz/ EDUSP, 1979.
- _____. Desigualdade e mobilidade social: dez anos depois. In: BACHA, E. & KLEIN, H. A transição incompleta. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1986, p.31-59.

- _____. & HALLER, A. O que está acontecendo com a mobilidade social no Brasil? In: ALBUQUERQUE, R. & VELLOSO, J.P.R. (orgs) Pobreza e mobilidade social. São Paulo: Nobel, 1993, p.25-52.
- PATARRA, N. Dinâmica populacional e urbanização no Brasil: o período pós-30. In: FAUSTO, B. (org) História Geral da Civilização Brasileira. São Paulo: Difel, 1978, III (4), p. 249-268.
- _____. & CUNHA, J.M.P. Migração: um tema complexo. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 1(2):32-35, 1987.
- PELIANO, J.C. Distribuição de renda e mobilidade social no Brasil: a ordem e o progresso desiguais. Campinas, 1992. (Tese de Doutorado em Economia apresentado ao IE/UNICAMP).
- PREALC/OIT. Movilidad ocupacional y mercado de trabajo. Santiago, 1983.
- _____. Empleo y equidad: el desafio de los 90. Santiago, 1991.
- QUADROS, W.J. A nova classe média brasileira : 1970-1980. Campinas, 1985 (Dissertação de Mestrado em Economia apresentado ao IE/UNICAMP).
- _____. A reestruturação das empresas e o emprego da classe média. In: OLIVEIRA, C.E.B & MATTOSO, J.E.L. Crise e Trabalho no Brasil. São Paulo: Scritta, 1997, p.171-188.
- SABÓIA, J. Mercado de trabalho no Brasil - evolução e tendências recentes. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS DO TRABALHO, IV, São Paulo, mai/1995. Anais... São Paulo: ABET, 1995. p.1123-1148.
- SALIM, C. Migração: o fato e a controvérsia. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, VIII, out/1988, Anais... Brasília: ABEP, 1992, v.3. p.119-143.
- SCALON, M.C. Mobilidade social no Brasil: padrões e tendências. Rio de Janeiro: IUPERJ/Revan, 1999.
- TEIXEIRA, A. Vinte anos de política econômica: evolução e desempenho da economia brasileira de 1970 a 1989. In: SEADE. São Paulo no limiar do século XXI . São Paulo, 1992. n.1. p.85-122.
- TROYANO, A.A. Precarização do mercado de trabalho na Região Metropolitana de São Paulo, 1989-1992. In: FIGUEIREDO, J.B. Las instituciones laborales frente a los cambios en America Latina. Genebra: OIT, 1996, p. 187-218.
- VALLE SILVA, N. Posição social das ocupações. Rio de Janeiro: IBGE, 1978 (Mimeo).
- _____. As duas faces da mobilidade. Dados, Rio de Janeiro, n.21,p.49-67, 1979.
- _____. Independência, quase independência e mobilidade social no Brasil. Rio de Janeiro: LNCC, 1981 (Relatório de pesquisa e desenvolvimento).
- _____. Atualização da escala socioeconômica de ocupações para 1980. Rio de Janeiro: LNCC, 1985 (Relatório de pesquisa e desenvolvimento).
- _____. & RODITI, D. Et plus ça change... tendências históricas da fluidez social no Brasil. Dados, Rio de Janeiro, 29(3):345-363, 1986.
- WEISS, P. La mobilité sociale. Paris: PUF, 1986.
- WOOD, C. & CARVALHO, J.A.M. A demografia da desigualdade. Brasília: IPEA, 1994.

Resumo

Mobilidade social e mobilidade espacial foram traços marcantes na constituição da sociedade urbano-industrial brasileira neste século. A industrialização e urbanização criaram as condições estruturais para a complexificação do mercado de trabalho brasileiro, e a transição de uma estrutura ocupacional assentada em postos de trabalho agrícolas em direção a um espectro ocupacional mais amplo e diversificado, ainda que bastante desigual em termos da qualidade e renda dos postos de trabalho gerados. Neste processo, migrantes da zona rural, sobretudo os do Nordeste, pelo status socioocupacional da ocupação exercida no campo, foram aqueles que apresentaram as maiores cifras de mobilidade ascendente. Evidenciar esta articulação entre mobilidade social e migração no Brasil, no passado e período mais recente, constitui, pois, o objetivo deste trabalho. Para tanto, inicia-se com um ensaio bibliográfico acerca da mobilidade social e sua relação com a mobilidade espacial no Brasil ao longo dos últimos 50 anos, da constituição da sociedade urbano-industrial aos anos 90, passando pela Década Perdida. Finaliza-se com a apresentação de algumas evidências empíricas recentes sobre os (des) caminhos da mobilidade social no País à luz dos dados levantados pela PNAD/96.

Abstract

Social mobility and space mobility have been distinguished features through the historical constitution of Brazilian urban-industrial society in this century. Industrialization and urbanization created the structural conditions for the diversification of labor market in Brazil and for the transition of an occupational structure based on rural activities toward a broader occupational span, although still not equitable in terms of the quality and income of the jobs created. In this process, rural migrants - specially from the northeast, whose were engaged on lower status jobs in cities and towns - had been those that presented the highest figures of ascending mobility. To evidence this toggle between social mobility and migration in Brazil, in the past and more recent period, is the aim of this paper. It begins with a bibliographical report concerning social mobility and its relation with space mobility in Brazil over the last 50 years, beginning in the period of the formation of Brazilian urban-industrial society until the 90's, passing through the "Decada perdida" (Lost Decade), as the 80's has been called. It finishes with a presentation of some recent empirical evidences on the social mobility trends, as it is shown by the data collected in the 1996 National Household Survey (PNAD/96).